



O Programa Brasil-África de Cooperação em Desenvolvimento Social visa promover a troca de conhecimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social Brasileiro e países africanos no desenvolvimento de programas e políticas sociais. É uma iniciativa financiada pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e conta com o apoio do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo.

Governo Brasileiro Ajuda Angola na Promoção dos Direitos das Crianças



Apresentação das crianças no IV Fórum Nacional da Criança em Angola.

Aconteceu entre os dias 15 e 16 de junho, em Luanda, Angola, o IV Fórum Nacional da Criança organizado pelo Conselho Nacional da Criança criado em 2007. O Fórum teve como temática os '11 compromissos para criança: Pensar Nacional – Agir Local' que abordou as políticas e programas nacionais e a sua execução em nível local. Participaram quase 400 pessoas no evento, o que incluiu representantes das províncias que realizaram seminários para avaliar os avanços nas áreas de expectativa de vida, segurança alimentar e nutricional,

emissão da certidão de nascimento, educação infantil, educação primária, justiça juvenil, prevenção e redução de HIV/AIDS entre famílias e crianças, prevenção de violência contra crianças, assistência da família, comunicação e inclusão de assuntos relacionados à criança no orçamento nacional. Ana Lídia Gomes do Ministério de Desenvolvimento Social brasileiro participou do evento e compartilhou a experiência do governo na concepção e gestão do Sistema Único de Assistência Social e os programas voltados à infância.

As áreas de aprendizado entre Brasil e Angola serão: o Cadastro Único, Programas de Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional e ainda iniciativas para geração de emprego e renda.

A próxima etapa da cooperação é a organização de Workshop técnico em Luanda com diferentes setores do governo. Com o apoio do UNICEF e o governo brasileiro, o Ministério da Integração e Reinserção Social (MINARS) de Angola vai delinear o seu sistema nacional de proteção social. O Ministro João Baptista Kussumua do MINARS viajou ao Brasil em maio deste ano e propôs o evento. Ele vai convidar autoridades de vários ministérios para promover diálogo inter-setorial e trazer atenção para a agenda de proteção social em Angola.



Fomentando o Aprendizado entre Brasil e Quênia

Segundo a Sra. Esther Mathenge, Ministra de Gênero, Infância e Desenvolvimento Social do Quênia, Proteção Social é uma das principais bandeiras do Programa Visão 2030, a plataforma de desenvolvimento de longo prazo do governo do Quênia.

Como relatado pelo próprio governo, o financiamento inadequado dos programas, o acelerado crescimento da pobreza, a expansão do HIV-AIDS pelo continente africano e a fraca performance das atuais políticas são os maiores desafios enfrentados pelo país. Há ainda uma fragmentação das políticas de proteção social, o que leva à exclusão de certos grupos vulneráveis.

O aprendizado entre o Brasil e Quênia envolverá assistência no Sistema de Cadastro Único, mecanismos de monitoramento e avaliação e a coordenação inter-setorial dos programas.

Apesar desses desafios, há uma crescente mobilização para a agenda de proteção social no país. O atual processo de formulação da Política Nacional de Proteção Social busca implementar programas de proteção social,



Ministra Esther Mathenge em visita de campo em escola de Olinda-PE, Agosto 2008, Bruno Spada/MDS.

reunindo os principais atores envolvidos, harmonizando informações e procedimentos, além de promover treinamento e geração de capacidades. Quênia é país signatário (2006) da Declaração de Livingstone.

As Relações entre Brasil e Moçambique

O Ministério da Mulher e Ação Social de Moçambique está se preparando para receber a visita da missão brasileira do Ministério do Desenvolvimento Social, que trabalhará com o INAS (Instituto Nacional da Ação Social) e também com a SETSAN (Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional). As demandas moçambicanas por apoio técnico envolvem o desenvolvimento do

CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), o estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação, a concepção de um Sistema de Cadastro Único, além da implementação de iniciativas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional como o Programa de Aquisição de Alimentos. Moçambique vem desenvolvendo iniciativas na área de Proteção Social há muito tempo, mas

o desafio agora é fortalecer sistemas de gestão e mecanismos de monitoramento e avaliação mais eficazes. O mapeamento das vulnerabilidades no país está sendo discutido com diferentes setores em Moçambique, e especialistas brasileiros darão suas contribuições a este processo ao longo das missões que ocorrerão neste segundo semestre.

Curso em Gestão Pública para Parceiros Africanos

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) está discutindo um curso em Gestão pública para parceiros africanos. Iniciativas semelhantes têm acontecido em países latino-americanos como o

Paraguai. A ideia agora é entender melhor a realidades de países como Angola e Moçambique e das instituições nacionais parceiras, para que seja desenvolvido um curso com conteúdo

relevante e para que a troca possa ser estrategicamente desenvolvida com o componente de treinamento. O Programa Brasil-África vem facilitando esse diálogo.





Novidades do Programa 'Livelihood Empowerment Against Poverty' (LEAP) de Gana

Gana completou com sucesso a expansão do Programa 'Livelihood Empowerment Against Poverty' (LEAP). O LEAP superou a meta inicial de 15.000 domicílios e agora cobre um total de 26.000 domicílios. Este total inclui beneficiários do recente Programa Emergencial para Crise Alimentar que foi feito com o apoio do Banco Mundial e o Programa Mundial de Alimentos em resposta ao aumento no preço dos alimentos. A iniciativa cobre 20 distritos em oito regiões de Gana sujeitas a enchente e com agricultura vulnerável. O Ministério do Trabalho, Juventude e Emprego auxiliou 18.000 domicílios com membros portadores de necessidades especiais e idosos, assim como famílias vulneráveis com crianças. Este ano, o Ministério planeja expandir a cobertura para 35.000 domicílios. O objetivo

é oferecer transferência de renda e serviços sociais complementares de longo prazo para grupos mais vulneráveis.

Após a fase de coleta de dados do LEAP, o Ministério criou um Comitê Técnico para Meios de Vida e Proteção Social (SPLIT). Considerando a importância de se medir, monitorar e avaliar os benefícios do LEAP, este Comitê foi criado para assegurar que os beneficiários tenham acesso facilitado aos serviços complementares do governo. Entre as iniciativas previstas estão aquelas na área de saúde, educação, agricultura e outros serviços sociais.

O Governo de Gana tem dado grande apoio ao LEAP, mas a falta de recursos

continua sendo um problema. O Governo está trabalhando com outros parceiros para mobilizar recursos para o aumento da capacidade instalada. Em termos de diálogo técnico, há avanços em entendimentos para cooperação regional no Leste Africano em programas de proteção social. Os governos estão concentrados no desenho e implementação dos seus próprios programas nacionais, mas acreditam numa maior cooperação e troca num futuro próximo.

Baseada em entrevista com Angela Asante, Consultora do Ministério do Trabalho, Juventude e Emprego, Gana

Pontes entre a África e a Ásia

Proteção Social na Ásia é uma rede de Projetos de Pesquisas conduzida pelo Instituto de Estudos do Desenvolvimento em Sussex e pelo Instituto de Desenvolvimento Humano na Índia, com o apoio do IDRC (Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento) no Canadá e a Fundação Ford. O IPC-IG apoiou a participação de dois palestrantes representando a América Latina (Leonardo Gasparini, CEDLAS, Argentina) e a

África, (Bibi Gyose - NEPAD) na Conferência de Proteção Social na Ásia em junho, com o intuito de fomentar o aprendizado Sul-Sul e a cooperação para a proteção social na região.

Leonardo Gasparini apresentou as experiências latino-americanas em programas de transferência de renda e seus impactos sobre a pobreza e desigualdade, ao passo que Bibi Gyose falou sobre os maiores desafios

existentes na área de proteção social na África Subsaariana. Os resultados do evento serão divulgados em publicação conjunta entre o IPC-IG e o IHD. Esse esforço faz parte do trabalho do IPC-IG em construir parcerias para o diálogo político sob uma perspectiva de Aprendizado Sul-Sul.

Mais informações disponíveis em: <http://www.socialprotectionasia.org/>

Novo Portal do Programa Brasil-África: Muito mais Completo e Dinâmico!

Um dos pilares do Programa Brasil-África refere-se ao Aprendizado à distância, sendo nossa página web o principal instrumento para este fim.

Procurando ampliar a disseminação do conhecimento e dinamizar o aprendizado, o Programa relançará o seu site com um foco ampliado, contando com uma nova imagem, mais dinamismo, funcionalidades e muito mais informações!

Serão disponibilizados materiais de capacitação e leituras nas áreas de trabalho do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Aguarde um site dinâmico e interativo, proporcionando aos usuários a oportunidade de inserir notícias, comentários e sugestões de bibliografia. Facilitando o intercâmbio de conhecimento entre instituições, especialistas e gestores, esperamos expandir o leque de possibilidades de cooperação sul-sul na área de proteção social. Aguardem!





Governo Brasileiro e IPC-IG Compartilham Experiências no Fórum Organizado pelo Banco Mundial no Cairo

O Banco Mundial organizou um Fórum de Aprendizagem intitulado: Respostas da Proteção Social às Três Ondas da Crise: Financeira, de Alimentos e Combustível, de 15 a 18 de Junho, no Cairo, Egito. O evento reuniu mais de 200 formuladores de políticas públicas, pesquisadores e profissionais de todo o mundo. O objetivo foi estabelecer um intercâmbio de conhecimento e identificar as boas práticas de proteção social no enfrentamento eficaz da atual crise. Aproximadamente trinta participantes compartilharam suas experiências em países como Bangladesh, Brasil, Colômbia, China, Filipinas, Iêmen,

Indonésia, Índia, Jamaica, Nepal, Paquistão, Peru, Quênia, Tailândia e Turquia.

A apresentação brasileira despertou grande interesse entre os participantes. Bruno Câmara falou em nome do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, representado pelo seu Diretor, Sr. Degol Hailu, também contribuiu para o debate, apresentando as iniciativas existentes e os mecanismos de colaboração para, de fato, colocar em prática o intercâmbio de conhecimento na área de proteção social,

sob a perspectiva de Aprendizado Sul-Sul. Para tanto, o Programa de Cooperação Brasil-África em Proteção Social, as redes de colaboração com diferentes instituições de pesquisa, a organização de Missões de Estudos e ainda as publicações e projetos de avaliação de impacto trouxeram à luz diferentes possibilidades de disseminar lições práticas sobre esta temática em ambientes cada vez mais dinâmicos. O Fórum de Aprendizagem possibilitou um maior contato dos participantes, mostrando a cooperação desenvolvida pelos países em desenvolvimento como elemento central para a melhoria dos sistemas de proteção social no mundo.

Programas Brasileiros de Segurança Alimentar e Nutricional estão Sendo Discutidos Globalmente

Países da América Latina, Ásia e África têm procurado o Brasil em busca de algum tipo de cooperação com os programas de segurança alimentar e nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Várias missões de autoridades estrangeiras vêm sendo realizadas com o intuito de conhecer de perto os programas do Governo Federal no combate à fome. Por outro lado, há muita demanda para que técnicos brasileiros apresentem as experiências brasileiras em encontros internacionais.

Os programas de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e de Cisternas atualmente são os que despertam maior interesse. Uma delegação paraguaia esteve

no Brasil este ano para conhecer as ditas experiências. Além disso, o Brasil vem apoiando o Haiti na elaboração de uma política pública de atendimento às famílias pobres rurais com a implantação de ambos programas. Do mesmo modo, Bolívia, Senegal e Guatemala se mostraram interessados em implementar o PAA.

Desde 2005, há uma parceria de cooperação entre o Brasil e o governo senegalês, com a participação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O principal interesse mais uma vez com a experiência brasileira do PAA. O Timor Leste tem recebido apoio do Brasil na implantação deste programa e também

de distribuição de cestas de alimentos e de construção de cisternas.

A delegação da área social do governo de Angola esteve no Brasil conhecendo o PAA e os programas nas áreas de educação alimentar, cozinhas comunitárias e de cisternas. A Etiópia está interessada em aprender sobre tecnologias para captação da água das chuvas, ao passo que os nigerianos conheceram o programa de restaurantes populares.

A Agenda de aprendizado com a África tem caminhado em direção a incluir diferentes tipos de programa para dar apoio a uma rede de proteção social mais ampla que não se apóia apenas em um único programa.

Cisternas para a Oferta Doméstica de Água

por Christian Lehmann e Raquel Tsukada (IPC-IG)

A conhecida imagem de mulheres e crianças carregando baldes de água na cabeça e quadris por várias horas e longas distâncias está mudando na África Subsaariana e no semi-árido brasileiro. Possuindo semelhanças

em suas condições geográficas e o imenso desafio do acesso permanente à água potável e segura, ambas regiões encontraram na coleta doméstica de água de chuva uma alternativa para lidar com os longos períodos

de seca. No entanto, embora as estratégias de coleta de água de chuva tenham resultado em um significativo progresso para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de redução pela metade da população sem





acesso à água até 2015, o Brasil e a África têm a oportunidade de avançar ainda mais neste sentido se intensificarem o aprendizado sul-sul através do intercâmbio de “melhores práticas” da coleta de água da chuva.

A coleta de água da chuva é realizada de diversas formas, sendo as cisternas, a tecnologia mais usada. A água da chuva parada é desviada do telhado das casas através de calhas (feitas de bambus, plástico ou metal) para um reservatório fechado. A capacidade de armazenamento pode variar de 5m³ até mais de 50 m³ de água. No Brasil, as cisternas de 16m³ são construídas e destinadas às famílias pobres da zona rural no semi-árido. O “projeto Um Milhão de Cisternas” é implementado por uma ONG local e apoiado pelas comunidades locais, bem como pelo Governo Federal. Desde 2001, mais de 290.000 famílias já receberam uma cisterna. Beneficiários são selecionados com ativa participação da comunidade, sendo o alvo preferencial as famílias pobres lideradas por mulheres. A capacitação na gestão e manejo da água, assim como no ensino da utilização de componentes bioquímicos garantem a manutenção da qualidade da água armazenada. Outro programa brasileiro, o “P1+2”, teve início em 2007, prevendo a construção de cisternas de 52m³ que coletam água de uma superfície pavimentada. O aumento de água disponível para irrigação fomenta a produção agrícola das famílias, melhorando o resultado da agricultura de subsistência, além de possibilitar o engajamento das famílias na produção comercial de baixa escala e criação de animais de médio porte.

Em 1999, no Quênia (no município de Kuda, no Distrito Nyando), iniciou-se a construção de cisternas de 6m³ para consumo doméstico. Uma característica inovadora e bem sucedida deste projeto refere-se à formação de Grupos de Interesse Comum, compostos de indivíduos engajados em atividades econômicas similares. Eles se reúnem antes da construção das cisternas visando a posterior criação de sinergia nas atividades produtivas a serem desempenhadas. Em Uganda, o projeto de coleta de água de chuva no Vale Oruching trata de construção de reservatórios de cimento e ferro para consumo doméstico, variando de 6 a 15 m³ a capacidade de armazenamento de água. O programa foi inicialmente implementado por ONGs. No entanto, ao contrário da experiência brasileira cujos programas continuam sendo financiados em sua maioria pelo governo, um regime de financiamento ainda mais promissor

e inovador surgiu no país. Inspirados na experiência de beneficiários, as famílias não beneficiárias organizaram-se em grupos de poupança e de crédito, financiando assim as cisternas com menos apoio do governo.

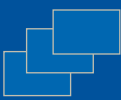
Mas como gerar um aprendizado mútuo entre a África e o Brasil? Quais lições podem ser compartilhadas entre as duas regiões? No caso brasileiro, podemos destacar o êxito da parceria governo-terceiro setor em matéria de financiamento e construção de cisternas. Além disso, a geração de capacidades, como atividades de formação em gestão e manejo de água, bem como o fornecimento de infra-estruturas para a produção agrícola comercial de pequeno porte têm o potencial de melhorar a subsistência de famílias pobres de maneira significativa e sustentável. Por outro lado, a experiência dos países africanos aponta para formas inovadoras de cooperação comunitária e sistemas de financiamento para a construção de cisternas. Os Grupos de Interesse Comum no Quênia criaram redes sociais, fortalecendo os pequenos produtores. Os grupos de Crédito e Poupança, por sua vez, além de aumentar a escala do programa de cisternas, o senso de apropriação e sustentabilidade, também potencializam o empoderamento das mulheres.

A cultura e conhecimentos locais são um componente-chave pra o sucesso. Mas que canais estão disponíveis para o intercâmbio de “boas-práticas”? Além da cooperação através de entidades governamentais oficiais, é importante destacar o papel das organizações comunitárias de base. Na África, tanto em nível regional, (GHARP, SearNet) quanto nacional (Etiópia, Quênia, Somália, Tanzânia, Uganda,) associações de coleta de chuva desempenham um papel fundamental no intercâmbio de experiências, por meio de consultas, publicações e missões de estudo. No Brasil, a Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água da Chuva organiza simpósios semestrais e promove o diálogo sobre coleta de chuva entre os profissionais, pesquisadores, técnicos e políticos. As experiências na África e no Brasil vem demonstrando que a coleta de água da chuva tem o potencial para tornar-se uma grande inovação e alternativa para alcançar satisfatoriamente o acesso permanente à água potável e segura em áreas isoladas de ambas regiões. Um diálogo intenso e a cooperação por meio da troca de “boas-práticas” será fundamental para desencadear este potencial e, deste modo, melhorar efetivamente a vida dos mais pobres.



Visita de campo de delegação Africana ao Programa de Cisternas em Pernambuco, Agosto 2008, Bruno Spada/MDS.





Eventos

Conferência Internacional sobre Arrecadação de Contribuições e sua Conformidade com as Regras

ISSA, 28–30 September 2009 | Montevideo, Uruguay

<http://www.issa.int/aiss/News-Events/Events/International-Conference-on-Compliance-and-Contribution-Collection>

Curso de Elaboração e Implementação de Programas de Transferência de Renda

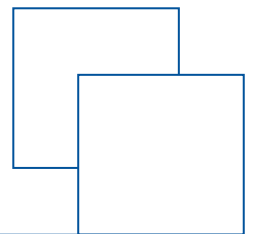
EPRI, 25.10.2009 – 07.11.2009 | Chiang Mai, Tailândia

<http://www.epri.org.za/courseChiangMai2009.htm>

XX Reunião de Diretores de Cooperação Internacional da América Latina e Caribe “Impacto da Crise Econômica e Financeira Mundial nos Programas de Cooperação Internacional da América Latina e Caribe.”

AECID, 24.09.2009 – 25.09.2009 | Antigua, Guatemala

<http://www.sela.org/sela2008/XX-DirectoresCoop.asp>



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome



Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI)

Grupo de Pobreza, Escritório de Políticas para o
Desenvolvimento do PNUD
Esplanada dos Ministérios, Bloco O, 7º andar
70052-900 Brasília, DF - Brasil

africa-brazil@ipc-undp.org
www.ipc-undp.org/africa-brazil